

Construir da periferia, construir da Galiza.¹

Valentim R. Fagim

[Ourense]

Preliminar

Contexto: apresentação na Galiza de uma tese de licenciatura de Biologia. Particularidade: a tese está redigida em português. Quotidianidade: As pessoas integrantes do júri têm de avaliar um trabalho que ultrapassa as suas capacidades. *Insight*: um dos membros do tribunal, ao não ter muito que dizer sobre o conteúdo, repara no continente e diz algo assim como: *En la universidad las tesis deberían estar escritas en español o en un gallego susceptible de ser entendido, sin problemas, por un español-hablante.*

Construir do centro

Se tomamos unidades idiomáticas como o francês, o espanhol, o português e o inglês, todas têm em comum o facto de terem nascido nalgum momento da Idade Média e remeter para uma estrutura político-administrativa, mais ou menos definida naquela mesma época. Todas elas serão, igualmente, instrumentos para amalgamar as vontades e as adesões quando as estruturas feudais dêem passo aos estados da Idade Moderna e, sobretudo, aos estados pós-revolucionários.

O padrão linguístico, na altura da Idade Moderna, era um atributo de umas elites numericamente pouco numerosas enquanto o resto da população destilava o seu particular latim ou germânico local. Uma obra gramatical ou lexical só podia provocar interesse em quem pretendia fazer uso escrito/lectivo de uma língua qualquer e pretendia modelar o barro da linguagem para lhe dar umas formas adequadas em função de um modelo a imitar. Os restantes habitantes do território político limitavam-se basicamente a falar, decerto de forma similar a como o faziam os membros das elites mas nunca igual já que a sua espontaneidade o evitava. Existiria, além disto, uma consciência popular de que eles falariam com menor correcção, fruto de uma dialéctica centro-periferia quanto ao poder político, social, económico e cultural ficando a arraia miúda defrontada com o governante, o aristocrata, o burguês ou o literato. E, no entanto, o modelo funcionava ainda com timidez por mor da escassa imbricação sócio-económica do momento, com a aldeia virada para a aldeia e o Estado a aumentar a sua presença mas em doses ainda mínimas, como testemunham, por exemplo, os elevados índices de analfabetismo da época.² De resto, não havia uma política sistemática de planificação linguística, ou melhor, uma vontade de que o conjunto da população

¹ Agradecimentos a Salvador Mourelo, Fernando V. Corredoira, Mário Herrero, Raquel Miragaia, JR Pichel Campos, Paulo G. Lamas e X. Nel Comba por examinar este trabalho e fornecer-me de críticas construtivas. A todas elas o meu agradecimento. O trabalho foi publicado na revista *Agália*, nº 71/72 [2º semestre de 2002].

² Na altura de 1500 só 3,4% da população alemã sabia ler; nas cidades a percentagem subia até 10% e mesmo, nalguns lugares, até 30%. Polo que diz respeito à Inglaterra, os índices situam-se em 10% para os homens e 1% para as mulheres. Numa cidade culta como Veneza, a assistência à escola elevava-se globalmente a 14% dos jovens.

dominasse a língua administrativa e das elites. Em palavras de Anderson "a «escolha» da língua parece constituir-se num desenvolvimento gradual, não deliberado, pragmático, para não dizer casual" ou "em suas origens, a fixação das línguas impressas e a diferenciação de *status* entre elas foram, em grande medida, processos não intencionais que resultaram da interação explosiva entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade linguística humana".

Sob todas estas dinâmicas, dilatava-se uma distância entre os registos orais, familiares e locais a respeito do padrão, acentuada pela fossilização dos registos cultos e alargada pelo facto de os padrões estarem circunscritos a uma área geográfica muito concreta dentro do domínio linguístico, aquela que se tornara encruzilhada dos distintos poderes e o que se revelava como uma nova dialéctica centro-periferia. Na França é o caso de Paris; em Portugal, o eixo Coimbra-Lisboa; em Castela, a sucessão Burgos, Valhadolid, Toledo, Madrid e para o inglês a área londrina³. Nestes lugares era onde descansava o poder. Resumindo, a criação de estruturas verticais de todo o tipo de poderes provocou, provoca e provocará uma dialéctica centro-periferia onde esta tomará como modelo positivo àquele, aliás, qualquer tentativa individual ou colectiva de avanço da periferia para o centro passará por imitar as externidades do centro, entre elas, é óbvio, o código linguístico.

De resto, existe um hiato muito acentuado entre estas variedades nascidas ao abrigo do Estado moderno e aquelas outras nascidas após a Revolução francesa, a-estatalmente e sob as energias do romantismo e o liberalismo. Quando a língua passa a sociabilizar-se de um jeito maciço a partir de finais de XIX, as línguas estatais já detêm umas *autorictas* definidas⁴ e, sobretudo, todo um aparelho de poder e uma infraestrutura administrativa para fazer chegar até o último canto do país o seu modelo de correcção.

Construir da periferia.

Como é sabido, a Revolução Francesa fecha cosmologias e abre outras novas. Ao clérigo etnógrafo de XVIII interessado, na solidão da sua cela, pelas peculiaridades da arraia-miúda, sucede o pequeno-burguês a tentar subverter as categorizações gregárias existentes. Às boas intenções sucedem movimentos cívicos.

Estes movimentos cívicos, quando alimentados por um nacionalismo linguístico, têm que se enfrentar a uma realidade invariável: a variedade alvo dos seus desejos de transformação mora numa função subsidiária a respeito de uma língua oficial qualquer.

Subverter esta realidade devém num processo de recategorização, e um traslado de A/B (A sobre B), onde a língua que pretendem tornar nacional é um dialecto social da língua oficial para um outro de tipo A-B (A ao lado de B), onde representantes da

³ Triunfou Londres por ser a sede da Corte e o centro social, político e comercial do país e nele confluir de necessário os aristocratas, diplomatas, artistas, sábios e mestres de todas as restantes regiões. Também Oxford e Cambrígia se incluíam nesta zona. Era a variedade dos escritores e da economia, e a imprensa estava radicada igualmente ali.

⁴ O inglês conhece o seu primeiro dicionário em 1604, *A Table Alphabetical*, e quando se acomete a escolarização já existem obras de referência, autoridades inescusáveis, tanto gramatical (Murray) como lexicalmente (S. Johnson). De 1635 é a *Académie Française* e de 1713, a *Real Academia Española*. Mesmo o italiano e o alemão vem-se referendados pela criação em 1582 da *Accademia della Crusca* e em 1700 da *Deutsche Akademie*.

variedade emergente pretendem situar esta ao mesmo nível que a língua dominante no universo das línguas (e das nações). Por outras palavras, visam a soberania da língua emergente a respeito da dominante, o que se traduz, de necessário, num intervencionismo que tange às falas vivas que, no seu estado presente, não são adequadas para o destino que lhe têm reservado as respectivas elites. Isto provocará:

- 1) A realidade das falas vivas terá de ser violentada porque B, a variedade dominada, já não pode seguir a ser um apêndice de A, a língua estatal.
- 2) Um alargamento da distância linguística entre as variedades em conflito tendo como meta a soberania de acção da língua emergente, aliás, a sua plena emancipação.
- 3) Um maior distanciamento, numa primeira fase, entre os registos das elites e os da população. Os primeiros a tornar mais enxebre a sua fala, os segundos avançando na hibridação, ou melhor, na dissolução das falas autóctones na língua de poder.

Mas, uma vez defrontados com o material linguístico, como se dirime o que é “autêntico” do que não o é? Como se peneiram as hibridações existentes, consequência lógica da irresistível irradiação do centro para a periferia ou, o que é o mesmo, da imitação desta sobre aquele? O que nas línguas construídas a partir do centro vinha sancionado por materiais pedagógicos e académicos amparados por uma infra-estrutura política, económica e institucional e umas elites nas quais se espelhar o grosso da população, (aliás, estava construído), nas línguas emergentes, entre elas a nossa, há, em troca, que iniciar um processo de construção.

No terreno mais aparentemente superficial, o gráfico, a norma é a reprodução escrita usando as convenções gráficas dos primeiros cultivadores escritos que, de regra, são usuários da cultura-centro e nela foram alfabetizados. Por outras palavras, vão usar a ortografia, e não só, da língua de poder. Isto tem consequências importantes a um nível identitário e de individuação. No caso de culturas sempre ágrafas ou carentes de certa individualidade gráfica em qualquer momento da sua história, esta norma cumpre-se sempre. É o caso do asturiano⁵.

Uma vez que carecem de uma tradição gráfica diferenciada, as normas legalizadas pola *Consejería d'educación, cultura, deportes y xuventú*, devem seguir certas máximas para alcançar uma desejável e imprescindível distância linguística:

- 1) certo foneticismo gráfico: xente, llei, espeyu [mas guerra, rapaces, faza, haber, verde...]
- 2) Tratamento popular para os grupos cultos:⁶oxetivu, sorrayar, atraición, aneúdata, esame, artefautu, axetivu...⁷

⁵ Para elaborar a informação sobre o asturiano foi-me de grande ajuda Xosé Nel Comba. Para ele o meu agradecimento.

⁶ Academia de la llingua asturiana: “dar unes normes mui estremaes na adautación de los cultismos llevaríanos a torgar enforma'l dependimientu escolar darréu que pa un mesmu grupu cultu habrien conocese dos normatives grafiques, lo que nun s'aconseya”

⁷ Alguma destas práticas eram desenvolvidas polo Instituto da Lingua Galega em 70, p.e. nos manuais Gallego 1, 2, 3.

3) Selecção de formas que, embora minoritárias, são diferentes das respectivas castelhanas. V.g. o N- inicial, amplamente majoritário, convive com o Ñ- (ñube/nube), dantes mais comum, ou a preferência de güei, asturiano ocidental, por hoi (esp. Hoy).

No caso asturiano, a construção realiza-se, incontornavelmente, a partir do asturiano-espanhol não existindo escolha possível. A ausência de umas elites asturianistas o bastante vigorosas com os seus registos de língua, situa irremediavelmente o espanhol como referente omnipresente e é por isto que todos os desvios a respeito dele são percebidos negativamente pelo grosso da população. No entanto, se não se criar uma distância de segurança entre a variedade emergente e a dominante e, igualmente, não se alcança a soberania de acção por parte da primeira, as possibilidades de uma emergência bem sucedida viram escassas pois a percepção social dominante continuará a ser a mesma: A/B, onde B é dedutível a partir de A aplicando uma série de leis fonéticas regulares conhecidas por todos e por todas.

O que sim parece que se passa no caso do asturiano, mas é algo que não posso afirmar categoricamente, é a não existência de um intervencionismo da cultura dominante na elaboração dos materiais linguísticos da cultura dominada. Isto nem sempre é assim.

A declaração em 1918 da Republica Nacional ucraniana chamava à ucranização da administração e do ensino. Estas demandas contavam com a oposição “de grupos hostis à ideia de uma língua ucraniana por causa da sua carência de normas ortográficas e gramaticais, os seus inadequados recursos lexicais e terminológicos e a sua ordinariedade, quer dizer, não era omnifuncional, precisava normalização e sofria de uma falta de prestígio”⁸ Este ponto de vista era sustentado por muitos russos a viver na Ucrânia bem como uma percentagem importante de ucranianos russificados. É neste quadro que o segundo secretário do Partido Comunista Ucraniano “colocou a sua teoria das «duas culturas»: o futuro pertence à cultura proletária, mais concretamente àquela do proletariado urbano. O proletariado urbano era largamente falante de russo, aliás, o futuro pertencia ao russo. No entretanto, o ucraniano sobrevive apenas ou predominantemente em áreas rurais”

O ponto à partida era precário mas os acontecimentos políticos que se seguiram, com o advento de Staline, cercearam a emergência de uma língua nacional ucraniana. Isto evidenciou-se, por exemplo, no campo terminológico: “Os exemplos citados acima mostram os princípios pelos quais as comissões terminológicas de 1920 procuraram substituir as palavras internacionais de origem russa por palavras baseadas em raízes nativas [...] as publicações de glossários e dicionários técnicos tinham de facto cessado em 1930 para ser substituídos desde 1934 por novas listas com termos recomendados na sua totalidade seguindo o modelo russo”. A situação do bielo-russo, na altura, não era melhor: “O dicionário bielo-russo de 1937 de A. Aleksandrovich parece esforçar-se por mostrar que o bielo-russo não é na verdade mais do que *Russian with slightly adapted spelling*” (os itálicos são nossos), isto é, russo com uma ortografia adaptada ligeiramente.

Em resumo, o ucraniano arranca do ucraniano-russo e nas suas tentativas de desfazer-se do segundo nome, os representantes deste agem para manter o *statu quo*. Na verdade, e isto é de grande importância, os detentores dos diferentes poderes nunca

⁸ Dingley [89]

deixam de agir quando se vem ameaçados na sua posição dominante. Nenhum sistema hierárquico tende a despontecializar-se *motu proprio* (é raro a monarquia autodissolver-se ou o exército entregar as armas à população em troca de nada). No entanto, entre as suas actividades para manter o statu quo, as elites nem sempre incidem na elaboração dos materiais linguísticos da língua dominada. No caso asturiano, as vias de actuação são outras como a não concessão da oficialidade ou a presença de representantes da cultura tecto na Academia da Língua (como até há pouco, o falecido Alarcos Llorac).⁹

O que une os contextos asturiano e ucraniano é a sua precariedade, o seu carácter periférico e um ponto à partida “híbrido”. Porém, e aqui quero incidir, une-os também a carência de eixos de referência autónomos, quer dizer, desvinculados, da cultura dominante. É por isto, que certos sectores culturais e políticos ucranianistas advogam no terreno da lexicografia e terminologia por uma política neológica decidida, em especial no caso ucraniano, na procura de marcar distâncias formais e alcançar uma soberania de acção.¹⁰ No entanto, nem todas as variedades periféricas moram nesta carência de referentes autónomos. As vias são duas, e recorreremos ao ocitano e ao moldavo para exemplificar cada uma delas.

A primeira via vem pela armazenagem de um capital cultural, a existência, nalgum momento do passado, de uma literatura soberana. O que pode implicar um salto qualitativo importante em termos de legitimação, recategorização e soberania de acção, no mínimo, fendendo o tecto cultural.

Entre 1840 e 1848, o Doutor Honorat publica "o primeiro monumento da lexicografia provençal, o Dictionnaire Provençal-Français [...] Para a redacção de tal documento, de vocação apesar de tudo popular, a escolha de uma grafia era primordial. Era necessário ter em conta os diferentes dialectos emitidos polos falantes. Ele escolheu a grafia etimológica, a única capaz de restabelecer a filiação das línguas [...]: «A ortografia adoptada nesta obra é a ortografia etimológica, a única razoável, a única que pode auxiliar o leitor a remontar-se até à origem das palavras e seguir a filiação das línguas»"¹¹.

No entanto, o senhor Honorat não se limita a recuperar os dígrafos NH, LH ou rechaçar o dígrafo OU para [u]. "Nomeadamente, Honorat escolhe marcar o feminino final átono para a, restaurar as consoantes finais no final das palavras como o R do infinitivo, o T dos participios, o S do plural. Sob o plano da língua ele escolhe encontrar o étimo original das palavras, o mais perto possível da língua mãe, a língua velha, em vez de marcar todas as variantes dialectais " Por outras palavras, o autor não se está a

⁹ Quando a fortaleza da língua emergente permite que a concretização do padrão e dos elaboradores do corpus seja uma questão doméstica, a reacção dos representantes da cultura/língua dominante bate contra o êxito na planificação do estatuto. Vários são os caminhos. No caso catalão fala-se em imposição no sistema educativo por seguir uma política de imersão linguística (a mesma que se segue na comunidade de Madrid, de resto). No caso basco, polo contrário, onde há um sistema de escolha entre vários modelos de ensino, e onde "el 56% de los niños de tres años que entran en el sistema educativo se incorpora al modelo D de enseñanza, integramente en euskera, con el castellano como asignatura", fala-se em "La Manipulación del euskera" e "La lengua vasca está atrapada en la vorágine política. Patrimonializada por el nacionalismo, se trata de construir sobre ella el proyecto independentista" [El País, secção Domingo, 18 de Março de 2001, pag. 1-3]. É evidente que o galego não alcançou tal grau de perigosidade, em grande medida, como veremos, porque a elaboração do corpus não é ainda uma questão doméstica.

¹⁰ Nel Camba apontou-me para o caso asturiano o emprego polo grupo Andecha Astur de *socadarma* por "infra-estrutura".

¹¹ Gourdon [99]

limitar a transcrever a realidade circundante, provençal-francesa, e vai além. Em frente, um seu contemporâneo, Roumanille, tentava convencer Mistral, futuro prémio Nobel, das bondades de uma ortografia pseudo-foneticista (na verdade, afrancesada), afirmando que com esta "Já não veria nos meus escritos essa perpétua **transformação do costume** que não faz mais do que nos **tornar ridículos aos olhos das gentes honestas**"¹² (negritos nossos). Honorat, por sua parte, mora noutra estadia, estabelecendo uma diferença fundamental entre a língua escrita e a língua falada "Escrever bem e pronunciar como queirais, quer dizer segundo o uso do vosso país". Estamos em 1848, não o esqueçamos.

O caso do provençal/ocitano obriga, pois, a estabelecer uma subcategorização dentro das realidades periféricas frente a realidades como a do asturiano e a do ucraniano, onde as línguas em questão carecem de um capital cultural prévio na forma de uma rica literatura anterior "autónoma". Neste novo quadro, definitivamente, *o correcto e autêntico não é apenas o que existe "in praesentia", ou o que diz o povo*. Só uma percepção como a de Honorat permite contemplar na sua máxima extensão as variedades que comumente se conhecem como ocitanas.¹³

A outra via que queríamos assinalar para construir a partir de materiais autónomos vamo-la representar mediante o caso moldavo. O moldavo é hoje, legalmente, a mesma língua que o romeno (nem sempre foi assim nem é um facto irreversível, como veremos). Isto permite algo de vital importância: dirimir nas próprias falas moldavas o que é próprio do que é alheio: isto é A (russo) e isto é B (moldavo). Além disto, e embora o sentimento de escassa utilidade para a variedade nacional não tenha desaparecido ainda, "hoje em dia, o combate glotopolítico melhorou sensivelmente a imagem do romeno [moldavo] na Moldávia mesma, a que contribuiu sem dúvida a sua ligação com o espaço cultural e linguístico da Roménia" Boschmann K. [2000] A segunda via é, aliás, a recorrência a uma co-variedade soberana, é dizer, uma variedade que pode servir de modelo de correcção, entre outras muitas cousas, por causa da sua maior ou total soberania de acção. É por isto que a acção anti-regeneradora do Estado soviético concentrou-se neste ponto como assinala Deletant [89]¹⁴:

"Neste excêntrico trabalho [a gramática moldávia de L.Madan] publicado em 1930 em cirílico, não só encontramos um grande número de neologismos baseados em elementos léxicos do moldavo como *multuratec* para "plural", *aeromășurător* para "barometru" e *mincătorie* para sufregerie, ou decalques do russo como *apănăscător* (vodorod) 'hidrogénio' e *aeronășcător* (kislrod) 'oxigénio', mas também o asserto que a língua moldava é "independente e distinta da romena". Sob Staline, "As formulações de uma base para declarar o moldavo uma 'língua independente' foi usada para justificar o cultivo na literatura e nos média da República Soviética de Moldávia de um híbrido russo-moldavo cuja principal fonte de enriquecimento era tomada do russo"

¹² Este sentimento de fazer o ridículo e despertar o escárnio no cidadão comum é genérico em todas as regenerações sejam do tipo que for, na verdade, em qualquer movimento periférico a tentar transformar a realidade e criar novas categorias.

¹³ E seria lícito recordar que para a maioria da população potencialmente ocitanófona não existem mais do que *patois* locais, e como o construto ocitano mora ainda na mente e nos projectos de elites muito reduzidas.

¹⁴ As similitudes com neologismos do galego isolacionista do tipo *beiravía*, *beirarrúa* ou *pousatubos* são evidentes.

Neste outro caso os materiais hibridizados são aceites mas, além disso, o neologismo criado para divergir da co-variedade romena, é promovido. Isto é assim porque a filiação com esta língua invalida tornar o moldavo em “*Russian with slightly adapted spelling*” (embora não estaria de mais lembrar os esforços de algum linguista soviético em demonstrar as raízes eslavas do moldavo). O romeno como co-variedade soberana era o único artefacto, no presente, disponível para tentar romper o statu quo, e é por isto que os detentores do mesmo agilizaram uma política cultural e linguística destinada a enfrentar esse perigo. Mais uma vez, construir da periferia é difícil.¹⁵

Para ir acabando esta epígrafe, recapitulemos. No caso das línguas e culturas centrais, a noção do correcto construiu-se ao longo do tempo em torno a elites nacionais e é lembrada quer em materiais eruditos quer em publicações de todo o tipo quer através de uma cobertura institucional poderosa. Da periferia, no entanto, os caminhos são mais tortuosos e o intervencionismo externo maior. O caso mais simples vem determinado por aquelas variedades, como o asturiano, que carecem, a) de capital cultural no passado (uma época áurea, um *Segle d'or*) e b) de uma co-variedade soberana. Para maior precariedade, a asturiana está imersa num continuum linguístico com o seu referente de oposição o que reduz enormemente a distância formal entre o asturiano e o espanhol, tornando mais fácil uma percepção dialectalizada da variedade emergente (e, é claro, empecendo a emergência de elites divergentes nucleadas em torno da língua). O ucraniano da época estalinista, por sua parte, acrescenta, ainda, um intervencionismo dos agentes da cultura dominante nos critérios de autenticidade e de correcção.

Num outro subgrupo, o provençal/ocitano, detém um capital cultural no passado, a lírica trovadoresca, que pode ser reutilizada pelas elites correspondentes. A mesma retórica de considerar o ocitano como uma língua diferente do francês nos manuais de romanística nasceu com certeza desse capital cultural e não de qualquer movimentação social como no caso do catalão. Finalmente, o moldavo apresenta uma co-variedade soberana, o romeno, também amplamente capitalizável pelas elites locais.

O galego, por sua parte, reúne as duas vias, uma lírica trovadoresca medieval e uma co-variedade no português. Além disto, como o asturiano (e o ucraniano) mora no mesmo continuum linguístico que o seu referente de oposição (o espanhol) e, como o moldavo, apresenta um intervencionismo dos agentes locais da cultura dominante

¹⁵ No recente trabalho de Kloss informa-se-nos de como desde 1997 governam outra volta os representantes das elites russófonas e como nalguns lugares a associação cultural "Luceafarul" obteve a reintrodução da grafia cirílica nas regiões mais russificadas. É este um bom lugar para comentarmos a desinformação [?] do autor relativamente à problemática galega (no seu trabalho pretende fazer uma, a priori, interessantíssima comparativa entre o galego e o moldavo), assim como o grau de irrealidade que o conflito galego pode alcançar. O autor chega a afirmar: "O paradoxo é que os diferencialistas e reintegracionistas dos dois países se encontram em dois campos políticos opostos. Se a "mão de Moscovo" parece guiar a dos moldavistas radicais como se vê em Transnístier* e Ucrânia, para obstaculizar o estabelecimento por parte dos rumanófonos de laços demasiado estreitos com a Roménia, Madrid favorece os reintegracionistas radicais galegos, cujas normas bastante afastadas das realidades linguísticas seriam as que poriam mais obstáculos à normalização do galego" Acrescentaríamos que a bibliografia relativamente à dialéctica sobre o padrão inclui apenas dois volumes, os dois de H. Monteagudo e isto apesar de que o seu artigo balança, em boa medida, sobre esta dialéctica.

quanto à elaboração do correcto e genuíno¹⁶. Tudo isto dota à problemática galega, na verdade, de uma complexidade invulgar.¹⁷

Construir da Galiza

Um facto que é difícil de ler ou ouvir é que, quando o primeiro regeneracionismo se iluminou, na Galiza falava-se apenas castelhano¹⁸. Quando afirmo isto não me estou a referir à qualidade dos registos em voga, mas a um facto sociológico acho que evidente: a variedade galega tornara-se uma sub-variedade mais do castelhano como o podiam ser o andaluz, o asturiano ou o canário; aliás, era espanhol. As causas são sabidas por todos e por todas. No entanto, embora as causas sejam sobejamente conhecidas não se passa o mesmo com as medidas a operar para reverter esta situação.

Se a sociedade galega apresentasse um organigrama similar à catalã com umas elites a falar a língua não-estatal e com um projecto nacional que incluísse uma língua própria, uma continuidade desde a Idade Média no cultivo escrito da língua, uma política “firme” de regeneração linguística por meio de gramáticas, dicionários, trabalhos terminológicos, etc., podia-se mesmo corrigir aquele facto histórico. São frequentes nos textos daquela altura, as menções a Catalunha e Euscadi, ora como inimigos (se contemplados a partir do *statu quo*) ora como modelos (vistos a partir do regeneracionismo incipiente). Na data de 1877 lemos o seguinte trecho publicado por El Diario de Lugo :

"Cita nuestro colega como ejemplo el del pueblo catalán, que según dice, trabaja con ahínco por difundir su dialecto. Efectivamente, allí se celebran certámenes y se publican obras y periódicos escritos en él: ¿desconoce alguien por ventura, las tendencias exclusivistas del pueblo catalán? Si es posible le fuese, hasta nos impondría á todas las demás provincias no solo dialecto y costumbres sino hasta las tradiciones/ Además, ó somos ó no españoles: ó debemos ocupar un puesto en el concierto de las cuarenta y nueve provincias ó vivimos solo para nosotros"

No entanto, não tem razões para preocupar-se o diário luguês como testemunham estas palavras de Elías Martínez:

"Por hoy no aspiramos á tanto en Galicia: no cedemos en un ápice al amor pátrio de los catalanes, mas á nuestro carácter le falta mucho para llegar á la constancia y firmeza de aquellos"

Além disto, a própria debilidade do movimento regenerador acarreta uma debilidade identitária a respeito da co-variedade soberana, o português de Portugal. Esta debilidade foi vencida na sociedade flamenga e quebequesa, em grande medida na

¹⁶ A este respeito as palavras de Carvalho Calero, depois de citar vários traços de deriva fonética do galego quanto ao latim, em que manifesta "es demasiada personalidad para un dialecto" achamos ser em excesso optimistas.

¹⁷ Existem, contudo, contextos mais complicados. Os gaugazes são uma minoria turcófona de religião cristã ortodoxa na República da Moldávia onde também existe uma poderosa minoria russófona. Dentro das elites gaugazes existem dois partidos, um pró-turco e outro pró-russo. O governo moldavo, por evidentes razões de estratégia, apoia o grupo pró-turco. Aliás, uma parte importante dos avanços da regeneração gaugaze derivam de uma questão de geo-política, quer dizer, não depende *exclusivamente* deles. Para mais informação, King, Charles, *The Moldavians*, Stanford, 1999, Hoover Institution Press.

¹⁸ A primeira vez que escutei esta afirmação foi em boca do meu amigo Paulo G. Lamas.

Moldávia e ainda mora nela a sociedade valenciana. Na sociedade galega, o conflito identitário existente, após séculos de satelitização da Galiza a respeito de Castela, satelitização portanto da sua língua e cultura, colocava o ponto à partida num nível muito fraco.

No mesmo trabalho de Hermida, é certo, vigora a ideia de o galego nunca morrer enquanto existir o português. Na altura, porém, isto não se podia traduzir em grandes movimentações dada a precariedade do movimento regenerador (é mais quando, mesmo hoje, dialécticas similares, "a língua-irmã", fazem parte de retóricas mortas). Era 1877 quando afirmava *El Diario de Santiago*:

"El gallego es lengua oficial, adquirió su desarrollo en el vecino reino, y se habla lo mismo en Portugal que en un vasto imperio americano. ¿Cree El Diario que una lengua como esta puede desaparecer?".

Temos assim que o regeneracionismo galego tem que brigar desde o início das suas actividades com uma realidade galego-castelhana *praticamente total*¹⁹. E isto quer no tocante ao comum dos galego-falantes como os actores e atrizes do Rexurdimento. Um anónimo A. Marsal (Martínez Salazar, provavelmente) em 1888 afirmava o seguinte:

"No creo, por otra parte, nuevo ni aventurado el afirmar que se han deslizado ya en el idioma gallego no pocas palabras y giros castellanos, lo cual tiene fácil explicación por cuanto la educación intelectual de los que escriben en gallego ha sido genuinamente castellana, y hasta parece que aquéllos han leído y pensado en castellano y expuesto sus ideas en gallego; no faltando algunos que, á trueque de querer pasar por originales, copien literalmente las más rudas y extrañas voces usadas por los labriegos, con todos sus barbarismos é impropiedades, lo que vale tanto como introducir en la lengua castellana todas las palabras empleadas por el pueblo incipiente de Castilla y Andalucía" O texto, acho, é de assombrosa actualidade.

Falando em hibridação, estes são, sucintamente, alguns dos itens galego-castelhanos presentes no campo linguístico:

a) Escrita e escrita espanhola eram (ainda o são) sinónimos. Como bem aponta Mariño [98]: "Non era a ortografía o único obstáculo que lles facía pasar apuros a estes entusiastas escritores do século pasado, pero si quizais o primeiro e máis elemental de todos eles. Os problemas que había que salvar eran, sobre todo, **os relacionados coa representación daqueles fonemas dos que carecía o castelán** e, en xeral, os relativos a todo aquilo para o que, por ser específico do galego, non se podía buscar no idioma oficial unha referencia, unha solución" (negritos nossos). É assim que uma outra possibilidade como a de transcrever numa ortografia genuinamente fonética nem foi colocada nem praticada, e muito episodicamente, até mais tarde.²⁰

¹⁹ Carballo Calero [79] também alude a este termo, galego-castelhana, mas para repudiá-lo "De todas maneras, no se puede decir que el campesino hable un gallego-castellano que ha dejado de ser gallego y va a convertirse en castellano". No entanto, a definição que dá do termo não pode ser mais correcta e afim à realidade.

²⁰ Como nos ilustra Herrero V. [2000] a respeito do crioulo haitiano: "Por esto, la ortografía McConnell-Labauch, de más fácil aprendizaje para los monolingües de Kréole, fue duramente atacada por las elites y grupos sociales dominantes con argumentos variados, e incluso contradictorios: como instrumento de la propaganda protestante; como truco del imperialismo y colonialismo yanqui para separar a Haití de su

b) Dentro da morfologia, os grupos cultos (que embora não fossem pronunciados, tinham como único referente escrito o espanhol: -nn-, -ct-), terminações de grande rendibilidade como -eria, -ción, -sión, -cio/a, -tá, etc., assim como outras formas, quer verbais (iba), preposicionais (hasta) ou adverbiais (ahora).

c) No campo léxico:

c1a) Realidades presentes no galego medieval que foram erodidas pola língua oficial (v.g. desde a Igreja): *Dios, pueblo, ventana, rodilla...*

c2) Realidades modernas. Seguindo a Garrido [2000], “os ámbitos onde mais se sente a suplência lexical do castelhana no galego-português da Galiza actual correspondem, em geral, aos conceitos modernos, surgidos com posterioridade ao início da preterição sociocultural do galego e, em particular, a:

C.2.1) Conceitos abstractos e pertencentes ao mundo institucional e da cultura

C.2.2) Conceitos relativos a objectos concretos cujo aparecimento se produziu durante o dilatado período que abrange desde o início dos Séculos Escuros até a actualidade.

C.2.3) Conceitos relativos a realidades exóticas.

C.2.4) Conceitos do mundo urbano (incluindo as gírias juvenis e o calom)

C.2.5) Conceitos especializados, exprimidos polas diversas línguas especializadas, como a administrativa, a jurídica, a eclesiástica, as das diversas profissões e as científico-técnicas.”²¹

Este quadro, que é apenas sumário²², é, contudo, fruto de um olhar contemporâneo. Na segunda metade de XIX, o consciência da hibridação e o patamar de regeneração tinham uma dimensão muito diferente. No terreno gráfico, como aponta Mariño Paz, tudo se reduzia a encaixotar a fonética galega na única escrita concebível. Num terreno como o lexical combatiam-se os castelhanismos do tipo que assinala Saco e Arce em 1876 “*pino, castillo, cadenas, llanura, cielo* ou *castañar*, así como híbridos derivados de adaptacions fonéticas ó estilo de *conexo, lexos* ou *aleixar*”. Seguindo a Mariño Paz existia, além disto, outras duas problemáticas:

centenaria relación con Francia y el francés; como ardid comunista para ganar el apoyo de las clases más desfavorecidas a través de una ortografía de más fácil aprendizaje/ Juristas conservadores y jerarquía eclesiástica favorecieron una ortografía rival mucho más difícil de aprender y repleta de criterios etimológicos y pseudo-etimológicos que trataban de imitar al francés.” Não incluímos as notas de rodapé.

²¹ Garrido [2000]: “Destes cinco domínios conceptuais, que não são perfeitamente disjuntos e se imbricam, os que mais interessam ao léxico científico-técnico são:

- Os objectos modernos: alcantarilla (esgoto), autopista (auto-estrada), bolígrafo (esferográfica), bombilla (por lâmpada), soplete (por maçarico).

- As realidades exóticas: cacahuete (amendoim), cobra (cobra-capelo ou naja), guacamayo (arara), perezoso (preguiça, mamífero arborícola bradipodíneo), pipa (cachimbo), tiburón (tubarom)

- mas, sobretudo, o próprio dos conceitos científico-técnicos: a(né)mia [anemia], cloruro sódico [cloreto de sódio], Córvidos [Corvídeos], eritrocito ou glóbulo rojo [eritrócito ou glóbulo vermelho], gradilla para tubos de ensaio [suporte de tubos de ensaio], hepatitis [hepatite], médula [medula], vacuna [vacina].”

²² A respeito da castelhanização na língua galega existem numerosos trabalhos sob diversas perspectivas, e entre eles: Garrido [2000], Vázquez Corredoira, *Cultismos extraños*, Agália 56 [441-451], Rodrigues Fagim [2000] e Agal, *Estudo crítico*, Ourense, 1989 [2], Agal. Talvez algum dia Fernando Corredoira nos surpreenda com uma História da Castelhanização na Galiza, um dos grandes trabalhos que restam ainda por realizar.

- a) escolher de entre as formas galegas genuínas, as que seriam padronizadas
- b) no desejo de fugir do castelhano, a eclosom de hiperenxebrismos, *vouces (por vozes)*, e excessos vulgarizantes como *bunitura, pátreia* ou *mamória*. No entanto, como veremos, já desde muito cedo, também se enfrenta o que incluímos na epígrafe C1, formas que já não moravam nas bocas das gentes mas que eram galegas, quer pola legitimação mediaval, quer pola portuguesa, coincidentes quase sempre.

Certamente, a precariedade era alta, com um regeneracionismo que se exprimia em espanhol e que reservava o galego apenas para as musas, tudo isto inserido numa sociedade refractária a qualquer tentativa de romper o *statu quo*: “Para facerlle cumprida xustiza a estes homes, conviría non esquecer aquela soidade en que, como xa dixen antes, laboraban: sen estaren arroupados polos seus compañeiros de clase e sen conseguiren grande eco nas masas campesiñas, mariñeiras e proletarias, rompe-los férreos códigos de comportamento secularmente establecidos tíñalles que resultar extremadamente difícil.”. “Mentres os galeguistas facían proclamas a prol do uso do galego como lingua propia de Galicia, poñendo como modelo á muller campesiña, núcleo dunha familia autenticamente galega que se mantiña fiel á súa lingua, as súas propias familias coa colaboración deles continuaban a traxectoria castelanizadora das clases ilustradas, fracasando alí onde o seu labor podería ter sido mais gratificante ”.²³

Uma vez desenvolvido este prolegómenos, quisera penetrar noutros terrenos onde a unanimidade nas análises não existe. É um lugar comum na ideologia oficial retrotrair o reintegracionismo a apenas os anos 80 do presente século e apoderar-se, em consequência, de todo o sistema galeguista anterior, ponto este a que regressaremos. Neste trabalho, é evidente, penso oferecer uma outra cousa. No entanto, contra aquilo já tem agido o trabalho de Torres Feijó [96] que assinala a data de 1888 como o momento em que se “sentam as bases da Importação e da transferência galega do polissistema português, que ocupa, já desde este momento, uma posição quase central”.²⁴

Ora, no terreno da correcção linguística, no qual está centrado este trabalho, quando e em que medida, o português aparece como um agente legitimador e/ou um quadro de referência? O trabalho compilatório de Hermida C., recolhendo textos de XIX unidos pola recorrência linguística, é de grande utilidade a este respeito.

Em 1884, na publicação *O Tio Marcos da Portela*, encontramos um diálogo ficcionado de grande interesse, acho que esclarecedor e de plena vigência. Intervêm Roque Grilo Berzas (logo veremos o porquê desta denominação) e o Tio Marcos da Portela. Interessa-nos sobretudo o discurso do primeiro:

"[...] Pois eu tamén quería que a nosa fala galega fose a mellor cada dia. Mais dirame o TIO MARCOS ¿en que consiste ir á millor? dí O TIO MARCOS que fala o gallego enxebre, e eu preguntolle, ¿cal é o gallego enxebre? ¿qué razón me dá pra conocelo?" Estava a colocar-se, enfim, a questão já anunciada: que é o autêntico e que é o espúrio?

²³ Mariño Paz [98]. A segunda citação é de Camiño Noia.

²⁴ Sobre polissistemas literários: Dimic, M.V. e Iglesias Santos, M., *Teoría de los polisistemas*, 1999, Madrid, Arco Libros.

Continua esta mesma personagem: "Eu creo que o Tio Marcos é un home que ven d'as provincias, e puxo os calzós y-a monteira gallegas, e facendo que ven loando os gallegos e a sua fala, ven facendo a rechífla d'iles: porque vexo que non fala como falan os gallegos, que ben falan, senon os que non saben falar, e ven usando palabras que xa non se usan n-a terra gallega"

Estamos perante o quê? Na nossa frente está a atitude mais comum do falante nativo da nossa língua, sem pretensões regeneradoras quanto ao seu código de língua, frente ao (neo)falante que sim tem essas pretensões. O primeiro assume plenamente uma política de factos consumados, uma fidelidade absoluta à realidade das falas vivas. É por isto que recrimina ao segundo:

"ô TIO MARCOS preguntan todos:»¿Il fala en portugués?« E caixe que ten razón. ¿A quen se lle ocorre chamarlle ôs lugares pobos, si solo lle chaman en Portugal? Chamarlle ás calles ruas, sabendo que hasta en Ourense, sinon o sitio, desaparecieron ô menos os nombres d'a rua dá Obra... [...] Eso fora de bo que n-a Galicia non tivesemos nombres propios para espresar os nosos pensamentos, sin ir mendigar [páx.3] o falar d-os forasteiros" Aliás, pobo e rua são lusismos. É mais, a política de planificação linguística quanto ao corpus que propom o senhor Grilo Berzas recolhe os seguintes pontos: "1º. Non usar palabras da fala portuguesa cando teñan palabras gallegas; e pol-o tanto... 2º. En vez de por n-o periódico "Parrafeos c'ô pobo gallego" porá "Parrafeos gallegos" 3º. Non admitir n-a sua audiencia a ningun zarabeto: pois o que non sea capaz de pronunciar a nosa fala que cale e que non deshonre ôs outros. 4º. Cando non teña nome propio, que prefira o español ô estranxeiro. 5º. Que os nomes propios se escriben como son: que de non polos así da a entender que non somos capaces de pronuncialos. 6º A Diputación poderá estender mais reformas que contribuyan á perfección d'a fala galega e evitar as palabras que a podan deshonrar, así como ôs gallegos"

O ponto 4º., fundamental e de plena vigência mais de 100 anos depois, vê-se aquilatado com mais argumentos: "Si O TIO MARCOS non pon esto n-o conocimiento da Diputación provincial e non se suxeita as suas disposicións, nunca creerei que o O TIO MARCOS é gallego sinon o burlador d'os gallegos e d'a fala gallega, pois parece que se avergonza de soltar algunhas palabras españolas como si os gallegos non fóramos capaces de falalas, sabendo que nos enseñaron á rezar en español e sabemos decir "Padre Nuestro que estás en los cielos... Santa Maria madre de Dios./Eu cando era pequeno rifábanme os meus pais porque decia "meu pai" e "miña mai ou nai" e decíanme que así decían os mal falados e facíanme decir "meu padre" e "miña madre"./ En fin a lingua española vai mudada d'a antiga ¿"porque a gallega non se ha de mudar en millor"²⁵

Rodrigues Lapa, por sua vez, informa-nos da polémica que levantou, em 1907, o monumento em honor dos mártires de Carral em cuja placa foi inscrita a seguinte legenda: *aos mártires da libertade*, polémica acesa que inclusive motivou a elaboração de uma obra intitulada *Barbarismos de la Inscripción del monumento a los Mártires de Carral*, e em que “se rejeitava asperamente as palavras *aos* e *libertade* como arcaísmos

²⁵ O P.S. é também de interesse: "Olvidoume decirlle que ises nombres que xa non están en uso n-a nosa terra, que llos deixe para os poetas cando lles cumpra concertar os versos: que digan "pobo" para concertar con "lobo", "rua" con "sua", "pazos" con "lazos" pero con "Inacios" está mais parecido "Palacios".

ou lusitanismos, defendendo, como galego puro, apenas *òs e libertá.*” O próprio Lapa recolhe uma resposta de um representante qualificado da escola corunhesa, o historiador Francisco Tettamancy: «A legenda do monumento, digam o que quiserem, está escrita em galego castiço. Se as línguas progridem, como tudo é susceptível de progresso na vida, e a nossa língua galega estacionou a partir do século XIV, é necessário retrotraí-la e fazê-la progredir, como fizeram os portugueses. O seu idioma é o nosso, e tais são as suas afinidades que em nada diverge do galego, pela sua estrutura, a sua fonética, sua fraseologia, suas desinências, etc., só que os Portugueses o civilizaram» (conservamos a transcrição do próprio Rodrigues Lapa)

Polo que deixa ver esta dialéctica, o debate é entre um sistema galego-português e um outro galego-castelhano embora não sejam estas as denominações em vigor e ambos se intitulem de galegos. O galego-castelhano costuma mascarar-se sob a epígrafe “fala do povo”, “fala espontânea” ou “falas vivas”, a priori, um grito pola autenticidade mas, na verdade, uma incapacidade de se livrar da sombra do castelhano e do *statu quo*. Na altura, este estava transparentado nas declarações das elites castelhanófonas na Galiza. A este respeito, a escritora Pardo Bazán é diáfana: “Los dialectos nos parecen interesantísimos: su literatura exhala un perfume fresco, agreste, virginal, delicioso, encántanos que vivan y se mantengan, y que de su tronco broten renuevos gallardos y variadas flores; pero no podemos fantasear ni soñar su predominio en la conversación y en las letras, porque esto sería tanto como desandar lo andado, dividir nuestro arte, nuestra ciencia y en fin nuestra pátria. Los dialectos varios, exclusivos, son el feudalismo; el idioma nacional es la unidad, fundamento y grandioso concepto del Estado moderno”. Isto no que diz do status, no que diz do corpus, J. de Arevalo [Hermida]: “¡Ah!... respeto que se conserve el gallego como un monumento de cariño; como se conserva el latín, por conveniencia, y el griego, que nadie habla, como un manantial etimológico; pero no le alcemos gramáticas; dejémosle que viva descuidado y abandonado á si mismo, que así será más bello. No le sujetemos al compás del arte y de las pretensiones, no le pongamos ligaduras pedagógicas, y dejémosle que brote espontáneo y puro, tosco y selvático, lleno de ignorancia, de buena fe y de mimo, como brota de los labios de mi Matilda allá por Caldelas”.

Em frente, situa-se uma vontade regeneradora e por isto, transgressora da realidade pois toda regeneração é uma violência contra o *statu quo*, essa é até a sua mesma essência.

Que existia uma consciência de hibridação, embora não se empregasse este termo evidenciam-no muitos textos finisseculares. Em 1877, *La Concordia* de Vigo afirma,

"Lo que resulta hoy es una cosa que está al alcance de todos, y es que tanto Portugal como el Brasil, estados independientes, conservaron y perfeccionaron el lenguaje de sus padres mientras que nosotros, mezcla informe de diferentes producciones galáicas, y dependiendo como hemos dicho ya, de un todo armónico que constituye hoy la nacionalidad española, cada cual va perdiendo lo poco que le queda de su procedencia para ocupar el verdadero lugar que á todos corresponde en ese movimiento de grandes concentraciones que se está verificando y del cual nos ha de reportar pocas ventajas la raza á que pertenecemos"(os itálicos são nossos).

Foi sem dúvida Manuel Murguía o grande regenerador deste período e o discurso dos Jogos Florais de Tui onde se recolhe mais espessadamente o seu pensamento a este respeito²⁶:

"¡ O noso idioma! o que falaron os nosos pais e imos esquecendo, o que falan os aldeáns e nos achamos a punto de non entendelo [...]; o fermoso, o nobre idioma que do outro lado do río é lingua oficial que serve a máis de vinte millóns de homes e ten unha literatura representada polos nomes gloriosos de Camoens e Vieira, de Garret e de Herculano"

Aliás, não existia, para Murguía, qualquer contradição para categorizar unissonamente a fala das nossas aldeias com a oficial de Portugal, de quem diz "Nunca, nunca, nunca pagaremos aos nosos irmáns de Portugal o que nos teñan conservado estes e outros recordos, e sobre todo que fixeran do noso galego un idioma nacional. Máis afortunado que o provençal, encerrado na súa comarca propia, non morrerá [...]"

Na verdade, é esta uma das grandes linhas divisórias nas dialécticas actuais: espelhamo-nos em paradigmas sócio-linguísticos como o friulano, o asturiano ou o sardo ou, polo contrário, observar o moldavo, o flamengo ou o valenciano, enfim, estarmos ou não estarmos "*encerrados na nossa própria comarca*".

Esta regeneração postulava-se também a partir do sistema literário como evidenciam estas palavras de Lugrís Freire:

"O mesmo Castelar, ô ver o noso renacemento, dixo: "Non-os deslombremos que fai pouco tempo que un escritor do reino viciño trazaba unha nacionalidade literaria composta de portugueses, brasileiros e gallegos. Isto podía maxinarse qu'eran toladas da chenchu cando non viñeran aínda harripiadas crisis, e non se viran certas incrinacións que poden volver mañán..." / Pra finir: Galicia foi grande e fíxose respetar, cando volveu os ollos ô seu pasado e comenzou á cultivar a fala de Rosalia"

É o *perigo português*, nos termos de Torres Feijó, que já nesta altura começa a apontar. Neste caso concreto, menciona-se a publicação do *Parnaso Português Moderno*, de Teófilo Braga, onde se incluía a literatura galega da época, o que provocou a reacção do político espanhol, Castelar, que no prólogo a Follas Novas de Rosalia assinalava: "No olvidemos que hace poco un insigne escritor del reino vecino trazaba una especie de nacionalidad literaria compuesta por portugueses, brasileños y gallegos. Estas cosas podían pasar por juegos de la imaginación cuando no habían transcurridos horribles crisis [...]" para finalizar "Rosalia, por sus libros de versos gallegos, es un astro de primera magnitud en los vastos horizontes del arte español"²⁷ A que sistema literário pertencia Rosalia? Eis a questão.

Acho, pois, que as bases das dialécticas posteriores, seja em torno de Nós, de Galaxia, da Transição, na actualidade, estão assentes já no último quartel do século XIX:

a) Partimos de uma realidade precária e aberta a um hibridismo progressivo.

²⁶ As citações pertencem à edição realizada por Henrique Rabuñal para Espiral Maior, 2000, Corunha, sob o título de Manuel Murguía e Arteixo.

²⁷ Em Torres Feijó [1999]

"Bien podemos asegurar es el gallego el dialecto más débil y más abierto por todos lados á las invasiones del castellano./Nuestras montañas y la incultura de los habitantes nos defienden en el primer sentido; pero en cambio, la vaguedad e indeterminación en que se vá diluyendo el dialecto gallego, el desdén con que es mirado por la clase media de nuestras ciudades, la creciente variedad de sus formas gramaticales y la incertidumbre de sus palabras, todas son causas que aceleran visiblemente su ruina. ¿Que vitalidad puede tener un dialecto que es desconocido y hasta vergonzoso el hablarlo para los mismos naturales del país? Triste es decirlo, pero es la pura verdad."²⁸

b) Perante este *statu quo*, cabem três vias:

b1) A sua continuação:

"El dialecto gallego es tierno, melancólico, suave, místico, elegante y puro y muy apropiado para el cultivo de la poesía. Mas de esto á pretender universalizarlo hay tanta distancia como de la tierra al sol"²⁹

b2) Uma política de factos consumados, o possibilismo de que nos fala o trabalho de Herrero V.

"No he de negarle a V. la necesidad de introducir en nuestro dialecto palabras y giros portugueses y castellanos; pero eso debe hacerse por cuenta y razón: por necesidad: que como dicen muy bien nuestro primer novelista por motivo análogo á este, «cada cual en su propia casa, siendo hacendoso y cuidadoso, puede arreglárselas con los recursos que tiene á mano, vivir tan guapamente y campar por sus respetos como el más runflante de sus vecinos, sin copiarle el modo de andar ni pedirle un real prestado» Ahí tiene usted porqué no es de mi agrado aquella palabra pranxideira [plañidera] que hubo de traer al gallego cuando no hacía falta, al menos en aquel caso"³⁰. Na verdade, está-se a referir apenas às palavras portuguesas uma vez que as castelhanas não necessitam ser importadas porque já fazem parte dos "recursos" do galego [plañidera]. Os argumentos já redigidos de Grilo Berzas, e que soam tam familiares ainda hoje (e outra vez infelizmente), estariam plenamente emoldurados nesta categoria.

b3) A sua regeneração e descastelhanização completa.- Balbín de Unquera é esclarecedor a este respeito a falar da regeneração asturiana e galega:

²⁸ Em Hermida, Juan Sieiro, 1879. A citação continua: "Una gran honra, es cierto, cabe al idioma gallego. Gloria imperecedera que no sabemos aprovechar como debiéramos, y que tal vez un día tengamos que lamentar. Nos referimos á que el dialecto gallego, como padre y origen del portugués, tiene asegurado larga vida, pues continúa viviendo en este idioma. Ciertamente, después del inglés y el francés, idiomas modernos que tienen en perspectiva una vida la más extensa y duradera, sigúen en orden el español y el portugués"

²⁹ Em Hermida, W.A. Insua, 1883.

³⁰ Em Hermida, Barreiro Merlo, 1888. Do mesmo autor: "Admiro a Rosalía y Añón, mis ídolos, y me deleitan obras como los cantares y el Cancionero popular gallego, porque en estos libros veo á mi pueblo tal como es, usando no desabrida y ruda jerga de palabras montunas, sino feiticeira faliña tan dulce á mis oídos como los matinales gorjeos de la alondra"

"Pero en tanto que se conserve en el estado actual, no puede esperar larga vida. Carece de gramática, no ha logrado fundir los subdialectos en la unidad que asegura su duración y facilita el cultivo literario, se ha mezclado y se mezcla todos los días con el castellano, de manera que pierde sus formas propias; todo lo que si es aplicable en cierto modo al gallego, lo es siempre en menores proporciones", ora, "El pueblo no ha tenido escritores que traten de semejantes asuntos, y la lengua, por consiguiente, se resiste á ellos. Los gallegos tienen á falta de la suya propia una literatura, la portuguesa, que puede servirles como excelente modelo; esta les ofrece teatro, poesía épica y en ella una joya de la literatura universal, obras históricas y científicas. **Tomar lo que se necesite de allende el Miño para escribir en gallego, es como tomarlo del propio peculio**"³¹ (os negritos são nossos)

Com o fortalecimento do galeguismo entramos na fase nacionalista, 1917-36, e dos anos 20 diz-nos o próprio Torres Feijó: "O quadro relacional que se nos aparece nestes anos permite elucidar a linha fundamental que o preside. Esta é a constituição de um sistema interliterário galego-português, para alguns mesmo de um polissistema comum" O que se teria passado de não mediar o levantamento fascista requereria uma resposta-ficção mas a entrevista que o *Diário de Lisboa*, em 1933, lhe realizava a Villar Ponte, deputado galego em Madrid, é esclarecedora³²: (as intervenções do diários aparecem em itálicos)

"Parece-lhe possível a unificação dos nossos idiomas? O galego, respondeu-nos, foi até o século XV idêntico ao português. Os cancioneiros demonstram-no claramente. Pontevedra e Lisboa foram os dois centros mais importantes de estudos geográficos até o momento das Descobertas. A linguagem dos "Lusíadas" pelo seu léxico, é mais parecida com o galego de hoje, que não com o português moderno: «Com razão afirmou Teófilo Braga que a Galiza era a província mais duramente submetida, que melhor conservava a sua pureza étnica, pela força da sua tradição».

Em Outubro já poderão ter a autonomia e, portanto, resolvido o problema, comentámos. A autonomia é o princípio dum vasto trabalho de emancipação para o qual temos de contar com a compreensão da Espanha e o apoio de Portugal.

³¹ Em Hermida, Rodríguez Seoane em 1882: "Quedaron desde entonces estacionadas el habla y la poesía gallega; pero de cuanto hubieran sido capaces, si hubieran continuado su progreso y autonomía, pudiera dar testimonio esa literatura portuguesa, hermana suya más afortunada, que continuó cultivándose en las provincias lusitanas y en los vastos dominios del Brasil..."

³² Este poderoso documento, intitulado *Para conseguir a sua autonomia, a Galiza precisa do apoio de Portugal* foi-me entregue por Ernesto Vázquez Sousa. Este, por sua vez, entregara-o em El Correo Gallego para ser publicado no interior de um artigo da sua autoria, *Unha entrevista reveladora: Antón Villar Ponte, na prensa lisboeta, Xullo de 1933*. No entanto, a fotocópia do artigo foi reduzida até o mínimo impedindo a sua leitura e privando-nos à cidadania galega de poder iluminar a nossa história. Afirmava Vázquez Sousa nessa colaboração: "A entrevista e o artigo, tal e como os reproducimos encóntranse na Caixa 147 da Academia, dentro dun sobre, xunto con varios centos de artigos de vello papel prensa, sen datas nin datos sen orde nin coidado, agardando a que algunha man menos delicada que a de **Domingo**, lles dea dobrez ou o tirón./ Nun país de tantos bolseiros e congresos, pouco custaría, habilitar os poucos cartos precisos para que un estudante de Historia ou Filoloxía, procedese ao fotocopiado, escaneado ou catalogado (no que se poida). Cando menos por series ou tipos de papel, antes de que estes se rematen de deteriorar" O investigador em questão está "exilado" em Valhadolid, a realizar as mesmas actividades laborais para as quais fora rechaçado por instituições galegas (v.g. Consello da Cultura galega)

Como?- interrogamos. Para levantar o nosso idioma, para que um dia chegue a unificar-se com o português, a Universidade de Santiago criou um Instituto de Estudos Portugueses, que tem já publicado um notável ensaio de Fidelino de Figueiredo e uma selecção dos «Sonetos» de Antero de Quental. As Irmandades da Fala estão ultimando um vocabulário castelhano-galego, por onde se vê que não existe vocábulo nitidamente português que não seja também galego./Exceptuando alguns ruralismos pela nossa parte e galicismos, por parte dos portugueses, a língua é comum, se bem que a fonética e ortografia difiram algumas vezes. Agora, respondendo a sua interrogativa, direi que para conveniência de todos devia organizar-se um congresso linguístico de Portugal, Brasil e Galiza, ao qual concorressem representantes autorizados para resolver a criação dum organismo que vele pela pureza da língua e pela sua unificação. A nossa língua, que tem em todas as partes núcleos vivos, é uma espécie de soberba ponte com um pilar na América e outro na Europa, através da qual transita a cultura ibérica./ O Brasil e o Canadá são os dois países de mais largas possibilidades económicas no futuro e, por isso o português não é uma língua ameaçada de morte, antes pelo contrário, tende a ampliar-se.

A sua ideia, dissemos, parece-nos digna de ser recolhida pelos filólogos lusitanos, pois tudo indica as vantagens que daí podem advir. Villar Ponte, com entusiasmo, insiste: O nosso idioma unificado poderia adquirir notável desenvolvimento e é bom ter presente que até onde chegue a nossa língua, chegará a nossa pátria.”³³(Os negritos são nossos)

As propostas do deputado galeguista, como bem sabemos, nunca puderam formalizar-se e pessoas com o seu mesmo ideário regenerador foram assassinadas ou obrigadas a exilar-se, restando no país apenas aquelas personalidades mais toleráveis para o novo regime.

Antes de prosseguir, desejaria aclarar um ponto. O possibilismo, isto é, a política de factos consumados, não apresenta similares concretizações em 1880 do que em 1930, 1960 ou 2000. O regeneracionismo da língua galega abrange um ciclo de grande arco que nasce na segunda metade de XIX, no qual ainda estamos inseridos e para o que não se adivinha um encerramento a médio termo. A história externa da nossa língua constata como descastelhanização e regeneração são processos paralelos e intra-alimentares. Por tudo isto, afirmações como as que seguem de Mariño [98] carecem, em nossa opinião, de rigor: “Por mais que de contínuo se fizesen declarações de principios tales coma o de que «Galicia considera ó português como o galego nazionalizado e modernizado» (Villar Ponte, *Pangaleguismo: o camiño direito. Para a Academia das Ciencias de Portugal, A Nosa Terra* (15.01.1919): 5), poucos foron os que, coma Johan Vicente Viqueira, asumiron posturas inequivocamente reintegracionistas e tentaron materializalas nos seus escritos”.

Pretender que o galeguismo dos anos 20/30 do séc. XX acometa processos elevados de descastelhanização (p. ex. na ortografia ou no léxico concernente às

³³ O Diário da Noite, também de Lisboa, fazendo-se eco da entrevista realizada polos seus colegas afirmava: “Um acordo ortográfico entre os dois idiomas seria, cremos, o primeiro passo para um fecundo entendimento entre os dois povos irmãos. E tal questão não é inoportuna. falhou o acordo ortográfico entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras; a questão da ortografia nacional ainda não foi definitivamente resolvida. /Portugal está ainda a tempo, portanto, de realizar com a Galiza um acordo ortográfico muito mais proveitoso, de melhores consequências literárias e políticas...”

realidades modernas) que o próprio nacionalismo do século XXI, 70/80 anos depois, não tem a madurez de realizar, é pretender muito.³⁴ Ao contrário, o emprego das terminações –enza, -za, -zo (nem sempre correctamente), -zon, -bel, -dade, ou o emprego de formas lexicais "mortas" como as já apontadas, tudo isto transgressor das "falas vivas", marcam uma direcção e têm uma importância invulgar por se fazer no momento em que se fizeram e com a infra-estrutura existente na altura, e mais tendo em conta o que se passou depois e o que se está a passar na actualidade.

Ainda, antes do 36 não é fácil encontrar textos elaborados a partir do galeguismo onde se postule a elaboração de uma língua galega a divergir da portuguesa. Do mesmo jeito que hoje se fala de reintegracionismo como termo marcado, polo seu carácter marginal derivado de não morar no poder, antes de 36, galeguismo e reintegracionismo são sinónimos polo que não faz sentido falar do segundo, e sim, em todo caso, das propostas de um Aurélio Ribalta como marcado e marginal (na margem)³⁵.

Retomando o nosso discurso, esta é a análise pós-republicana de Herrero V., que fazemos nossa:

"Como observaremos en diversos momentos, mientras que una parte importante de los más significados nacionalistas o galleguistas de preguerra fueron fusilados o tuvieron que emprender el camino del exilio, otro grupo, de entre los que permanecieron en el país, adoptó estrategias culturalistas y jugó un papel fundamental en la conformación de algunas de las líneas discursivas actuales al conformar un nuevo galleguismo culturalista y posibilista³⁶. Este "piñeirismo" (esto es, el pensamiento de Ramón Piñeiro y su grupo), tal y como es conocido habitualmente, posee un papel básico en el mantenimiento de una perspectiva cultural gallega y en gallego durante el Franquismo, pero, al mismo tiempo, implica una radical transformación del pensamiento galleguista de preguerra abriendo en él una vía no-nacionalista y pragmática, posibilista. Así, frente a un habitual reconocimiento por parte de las elites culturales legitimadas de la gran importancia de este galleguismo para la "supervivencia" de una cultura escrita en gallego en este período, desde otras perspectivas se entiende que el grupo Galaxia estaba en realidad situado en la periferia del Franquismo, como uno de sus rostros amables. Adelantaremos que nuestra

³⁴ Só temos que ler A Nosa Terra ou escutar boa parte dos políticos nacionalistas galegas. Com certeza, ainda vivemos na era do galego-castelhana. A 4 de Março de 2001 era publicada em La Voz de Galicia uma entrevista a Basilio Losada, catedrático galego na Universidade de Barcelona, no suplemento Los Domingos de la Voz, pág. 12-13. Lemos "Mi actitud como lusófilo es que debemos acercarnos lo más posible al portugués" ou "sostenemos que el léxico técnico en gallego ya está hecho: es el portugués" mas "En la Universidad utilizamos siempre la normativa oficial, pero proponemos también las otras normativas" ou "en principio el gallego y el portugués son, a día de hoy, dos lenguas diferentes, de manera especial en la fonética, pero como la ortografía tiene que adaptarse en lo posible a la fonética, el gallego tiene hoy que tener una propuesta ortográfica propia"

³⁵ Na *Gran enciclopedia gallega*, Tomo XXVI, Santiago, 1974, Editor Silverio Cañada, lemos: "[...] En las 26 últimas páginas de este libro (Nota sobre a reforma da ortografía) se manifiesta decidido partidario de la ortografía fonética por considerarla más fácil y democrática; elimina para ello las letras v, c, h (aunque conserva el dígrafo ch) y q, sustituyendo la v por b, la qu por k, y la c por c o por k según su valor fonético"

³⁶ Con esto no queremos decir que "todos" los galleguistas que permanecieron en Galiza durante el Franquismo adoptaron estrategias culturalistas y abandonaron las medidas de tipo político; así, frente a las posiciones de Piñeiro o Filgueira Valverde, otros nombres del galleguismo (Otero Pedrayo, Díaz Pardo, los hermanos Álvarez Blázquez, Carvalho Calero o Marinho del Valle) mantuvieron actitudes políticamente comprometidas.

interpretación oscila claramente hacia este segundo polo³⁷. En todo caso, pensamos que no se puede considerar este galleguismo culturalista como continuador del galleguismo nacionalista de preguerra sino como un corte evidente entre éste y el posterior nacionalismo marxista que surgirá en los años sesenta."

Não é assim de estranhar que em 1951 Iglesia Alvariño afirmara:

“non hai outro galego á que acudir, para facer unha lingua literaria, que o que falan as xentes dos nosos campos e ribeiras. Nos casos en que a lingua oficial barréu a forma orixinaria, tiven que decidirme entre a histórica, morta, ou a viva, de Castela, e preferin a derradeira nos mais dos casos”³⁸.

Nas mesmas datas, Fernández de la Vega e Ramón Piñeiro sustentavam:

“Hoxe en día non se podería trazar un lindeiro craro e seguro entre “galego literario” e “galego popular”, inda que estamos en camiño de acadar tal diferenciación”.

A este respeito também se manifestava Celso Emilio Ferreiro mais tarde:

“Eu comprendo que en tódalas línguas hai unha língoa literaria e outra popular, e tamém ocorre no galego, pro eu estou mais polo galego popular. Galego popular dignificado e sen incorreccións. Galego o mais correcto posibel”³⁹.

³⁷En este caso seguimos lo expuesto por Ernesto Vázquez Souza en una conferencia sobre “Castelao como figura política” pronunciada el 22 de enero de 1999 y que se puede consultar en la página web de la Agrupación Cultural O Facho (<http://www.teleline.es/personal/ofacho/Castelao.htm>). Para Vázquez Souza, este galleguismo del grupo Galaxia “(...) fixo unha moi particular revisión da historia do galleguismo durante o franquismo (non contra o franquismo). Este galleguismo tiña orixes católico conservadoras moi claras e foi axeitando, cunha innegábel construción grupal, as grandes figuras e períodos ata facelas coincidir coas súa propia memoria e evolución. Nesta construción, que no ideolóxico dirixiron Ramón Piñeiro, Penzol, G[arcía] Sabell e no literario Carballo Calero e Fdez del Riego, hai unha evidente selección de memoria. A fórmula que se podería establecer para a tradición galeguista así acomodada é: Non imos pararnos agora nas causas e nos comos desta construción, só nos efectos. Por unha banda eliminouse toda a tradición esquerdista do galleguismo (...); republicanismo, contactos co obreirismo; esqueceuse o desprazamento das figuras conservadoras en 1933 e a deriva do Partido [Galeguista] cara a concepcións frontepopulistas. Esta revisión inventou o tópico ideolóxico-literario dun galleguismo purista, case sen correntes nos anos 20, no que predominaba o núcleo ourensán-pontevedrés e no que as súas figuras eran Risco-Losada-Castelao-Villar Ponte. Constituíase así un pasado histórico próximo que xogaba o papel absoluto, ao facer predominante a ideoloxía e comportamento que xustificaba un acomodo ante a situación na dictadura franquista”.

³⁸ Deste autor comenta o seguinte Rodrigues Lapa [79] no que diz respeito a uma tradução dos Carmina de Horácio: “Aquele *viridi membra sub arbutu/stratus*, que o Venusino dedicava aos delicados gozadores da vida na paz singela dos campos, é-nos traduzido, aliás sem precisão, neste verso, que arrepiaria o poeta latino, se viesse a este mundo e compreendesse o galego: ben á unha sombra verde estumballado. A forma estumballado, dotada certamente de força expressiva, quadrará ao labrego que se deixa cair para baixo no ervedeiro, com a barriga ao léu e a camisa encharcada em suor; mas não traduz, claro está, os modos decentes e a compostura do caçador de ócios”

³⁹ Os três textos aparecem citados em Mariño [98], embora o primeiro só parcialmente já que só inclui a primeira frase (o que é lastima pois a citação completa é nutritiva). Assim, a citação tal como a reproduzi tomei-a de Rodrigues Lapa [79] que a seguir diz: “É mais ou menos o que todos ou quase todos os escritores galegos têm feito; I. Alvariño talvez mais que nenhum”

O povo como referente também funciona nos dous trechos seguintes, no entanto, com posicionamentos diferentes. Frente a um Eduardo Blanco-Amor que afirma, citado por Rodrigues Lapa,

“O povo salvou o idioma do esquecimento e da perseguição; mas o escritor tem que lhe dar altitude, convertê-lo em língua. E mais ainda: tem que o fazer, nas nossas circunstâncias, sem a presença pressionante do povo, que não está sensibilizado neste sentido, como deveria estar”⁴⁰, ou

um Otero Pedrayo que assume essa *presença pressionante do povo*:

“Si hoxe os esquireiros adoitamos o portugués ficamos de sutaque afastados do pobo galego. Penso ser laboura importante a dos derradeiros 30 anos establecendo entre o Portugal do norte e Galiza a antiga comunidade orixinaria, descubrindo o mantañal reflexando abrentes, pro aínda así a xente popular sinte de outra maneira”⁴¹

Em 1971, o recém-criado *Instituto de la Lengua Gallega* editava uns métodos de galego em cujo prólogo lemos: “El gallego que aquí utilizamos es sencillo, sin dar cabida a los vulgarismos, y elevado, sin ser un producto de laboratorio [...] Hemos huido, por tanto, de todo aquello que podría dar una impresión de artificioso al hablante espontáneo, pero también de lo que no tiene una utilización general a nivel de lengua hablada” e no volume três: “Para sermos, xa que logo, consecuentes co noso principio de non xebrar excesivamente o galego culto do popular (de xeito que aquel non sexa letra morta para os galegos), témonos que pronunciar contra a portuguesización do galego. Se queremos ter unha norma operante teremos que extraela do uso”. É o eco de Berzas Grilo mas nesta altura os lusismos vão ser outros: *termo, estrada, gravata, achar, ar, diabo, xanela, isolado*. A tomada de posição é notória⁴².

No mesmo fio tece Alonso Montero em 1979:

“Non se trata, pola nosa parte, dunha crítica académica; non propoñemos un galego sabio de laboratorio: invitamos ós autores de comunicados, de panfletos e de pintadas que escriban como eles mesmo falan, ou como falan xentes de vilas e aldeas que endexamáis puxeron o pé na universidade”

⁴⁰ Ou também, como esta, citada por Rodrigues Lapa [79], prólogo de *Xente ao Lonxe*: “A teima diferenciadora, antozadiza, cando non política, de non asomellarse ao castelán, é tanto como sair dun souto pra meterse noutro. O castelán xunto co portugués, deben ser as nosas linguas complementarias e testemuñais, e temos que procurar no conocimiento literario da unha e no uso consanguíneo da outra, en forma de lectura e de fala práctica cando nos sexa posibel, os naturais elementos evolucionados pra a posta da nova expresividade “cultura” da nosa lingua galega, que nos chega con seis séculos de especial desuso”

⁴¹ Trata-se de uma carta que Otero Pedrayo remete a Rodrigues Lapa em 1973, de grandíssimo interesse e que se pode consultar em Rodrigues Lapa [79]

⁴² Em Herrero V. lemos. “Tal y como hemos indicado, aunque una parte mayoritaria de la tradición utilizó una ortografía de base castellana, creemos que difícilmente estarían de acuerdo en sustentar una diferenciación radical entre gallego y portugués. Con todo, no deja de ser cierto que lo que hacen las elites nacionalistas en la década de los 70 y 80 es simplemente llevar a su crisis el posibilismo que ha venido caracterizando históricamente la ideología estandarológica del galleguismo: una cosa *lo deseable*, otra bien diferente *lo impuesto por el contexto*. Por eso, la hipótesis diferencialista es en sí misma la expresión radical de algunos fragmentos ideológicos dispersos, que fueron siendo agrupados por el galleguismo culturalista de la posguerra aunque nunca plenamente “reunidos” en una proposición de verdad hasta la constitución del ILG en 1971.”

e na mesma obra, afirma Xosé M^a Álvarez Cáccamo:

“E por fuxir do castelán acúdesse ó portugués, modelo que considero o máis aconsellable, pero innecesario cando en galego témolas solucións [cada cual en su propia casa, siendo hacendoso y cuidadoso...]. Os lusismos teñen neste vocabulario moi escasa representación, toda ela de palabras que pretenden substituír a outras perfectamente vivas en galego”⁴³

Que a dialéctica que se establece é entre uma maior ou menor castelhanização/descastelhanização no espectro da regeneração global evidencia-o Carballo Calero [79] quando afirma:

“Frente a la lengua hablada, más o menos castellanizada, actualmente, como hemos dicho, está la lengua literaria, que se ha cuidado de evitar los castellanismos, a veces con rigor excesivo. De aquí una notable diferencia entre la lengua popular-excesivamente castellanizada- y la lengua literaria –excesivamente descastellanizada. La primera resulta demasiado corrompida y la segunda demasiado esterilizada⁴⁴” para continuar “La lucha por una lengua literaria que no sea extraña al habla viva, pero que la supere como medio artístico, se viene sosteniendo desde el Resurgimiento, con notables oscilaciones de criterio. En su estado actual, el gallego rústico tiene que ser depurado y completado para convertirse en lengua literaria. Fuera de los castellanismos que se quieren excluir, sólo los arcaísmos y los portuguesismos pueden llenar las lagunas que se observan. Sobre esto hay diferencias de criterios y diversidad de opiniones acerca de la dosificación de los remedios. No cabe duda que todas las fuentes lexicales citadas pueden ser fecundas, y sería reducir mucho las posibilidades expresivas del idioma, renunciar en principio a cualquiera de ellas”

Rodrigues Lapa, por sua parte, afirma:

“Julgamos que a primeira operação a fazer no idioma é a sua descastelhanização, limpando-o de formas que desnaturam a sua verdadeira fisionomia; e, se assim fizermos, já automaticamente o aproximamos do português”⁴⁵ ou “Não há dúvida de que a reforma literária do galego levanta problemas delicados de compreensão e adaptação, uma vez que a língua de cultura vai contra os hábitos adquiridos do linguajar do povo, arredando certas formas, com imposição de outras consideradas mais apropriadas. A estas alterações chamam os cépticos de “processos de laboratório” e, na

⁴³ Álvarez Cáccamo, Xosé M^a [79]. Os lusismos assinalados são ATE, ESTUDAR, HOUBER, PROPRIO, TE (non tos dou) TUA (defende tua terra). Outras palabras que hoje são consideradas oficialmente lusismos aparecen em outras categorías de erros. São: NASCER, HINO, COLUNA, RUMO, CONCEICION, CONCEITO, ACEITAR, GALIZA, NAZON, ADMIRAZON, DIFICULDADE, VOGAL, DADO, DEFEITO, RESPEITO, FUMO, CALQUER. São consideradas igualmente incorrectas: LIBERDADE e OXALÁ.

⁴⁴ Não devemos esquecer que a primeira edição desta gramática data de 1966, quando a presença institucional do galego, e dentro desta, a escola, era misérrima e quando a descastelhanização não tinha um alargamento fora dos âmbitos de certo galeguismo. Por outras palavras, não se achavam meios de socializar a descastelhanização.

⁴⁵ As similitudes com estouttras palabras de Pompeu Fabra, referenciadas por Sanchís Guarner são evidentes: “Jo mateix adoptava com a lema aquelles paraules de Pompeu Fabra, on deia que els valencians el que han de fer és depurar el valencià de castellanismes, procurar acostar-se al llenguatge dels escriptors valencians de l’epoca clàssica: si fan així, ja es trovarian amb el català” em Rodrigues Fagim [2000]

verdade, há nelas, por vezes, o quer que seja de artificial e compulsivo: é o sabido preço que exigem de nós o progresso e a vida em comum./ É certo que a integração linguística poderia fazer-se naturalmente, de modo menos constringente e mais pessoal, se os Galegos tivessem em sua própria casa o aprendizado do português”

Na mesma vereda caminha Xabier Alcalá que recomendava, numa crónica de jornal, "para as enfermidades do idioma, um bom dicionário português e um pouco de parola numa taberna de aldeia afastada o mais possível da castelhanização”⁴⁶

Estas duas leituras evidenciam-se, é claro, nas diferentes propostas normativas aparecidas em 70 e 80. É o que resulta de contrastarmos os principais itens que divergem entre as *Orientacións para a escrita do noso idioma [1980]*, da ASPG, antecedente da normativa pré-oficial de 1980, os conhecidos como "mínimos reintegracionistas" e as *Bases pra Unificación das Normas Lingüísticas do Galego [1980]*, coordenadas polo *Instituto da Lingua Galega*, antecedente da normativa oficializada em 1983:

Item	Galego-Português	Galego-Castelhano
Nome das Letras	ASPG-ILGA	ILGA ⁴⁷
Acentuação	ASPG ⁴⁸	ILGA ⁴⁹
H intervocálico	ASPG	ILGA
-Aria/-Eria	ASPG-ILGA	ILGA ⁵⁰
-Bel/-bel	ASPG-ILGA	ILGA ⁵¹
A+O	ASPG	ILGA ⁵²
I/Emento na CII e CIII	ASPG	ILGA
Cultismos base lat. -US	ASPG	
Vosté/Vostede	ASPG	
Comparativo	ASPG	ILGA
Plural de "animal"	ASPG-ILGA	ILGA ⁵³
Sufixo -axe, género	ASPG	
Isto/Esto	ASPG-ILGA	ILGA ⁵⁴

⁴⁶ Rodrigues Lapa [79]

⁴⁷ Recolhe ambas as possibilidades: ache/agá, cu/que, equis/xis.

⁴⁸ "As Normas da Académia de 1971 dician que as regras de acentuación do galego eran as mesmas que as do español, regras que se viñeron empregando maioritariamente até agora./Actualmente entendemos que é aconsellábel o uso dunha acentuación independente da española, quer dicer, que esté mais de acordo coa estrutura fonética do noso idioma”

⁴⁹ “Unhas regras de acentuación teñen que basearse nos tres principios seguintes: a) permitir averiguar a sílaba tónica dunha palabra no cen por cen dos casos; b) esixir un gasto mínimo de tildes, e c) seren doadamente memorizables. Con estes tres requisitos é inevitable que as presentes se parezan mais ás do castelán que ás do portugués”

⁵⁰ “A primeira conta a seu favor que é a máis lexítima, a segunda que é máis usada; entreámbolos argumentos danlle validez a calquera delas.”

⁵¹ A escolla debe facela a práctica e mais o tempo, xa que as dúas son galegas: -bel está mais documentada na lingua medieval e próxima ó portugués., e -ble representa a fala de hoxe.

⁵² a) Anque a primeira é a mais abundante na literatura medieval, non faltan exemplos, na mesma época, da segunda [...] b) A pronuncia en toda Galicia é asimesmo ó c) Escribir *ao* pra pronunciar *ó* non parece rentable. Ademais levaria, e de certo leva, a pronunciar *ao*, o que non está de acordo coa fala.

⁵³ Amais das citadas, son tamén admisibles as formas animais, papeles, civiles...moi xeneralizadas na fala. Estas formas son sospeitosas de castelanism, pro tamém puideran se-lo resultado dunha recuperación do *l* a partir do singular, ou as dúas cousas á vez, o que explicaría o enorme éxito que tiveron nos últimos tempos, ata facer recuar ás outras formacións”

Nós/Nosoutros	ASPG	ILGA ⁵⁵
Segunda forma de artigo	ASPG	ILGA
-che/-ches (P2)	ASPG-ILGA	ILGA
Escriver, dizer...	ASPG	ILGA
Úteis/Útiles	ASPG	ILGA

Embora o quadro seja bastante esclarecedor há que acrescentar que se bem do ILGa são prescritas formas galego-portuguesas ao lado de outras galego-castelhanas, na praxe, o uso destas últimas era, e é, o amplamente generalizado [*Tolera, mas não promove*, tomando a expressão de Eça de Queirós].

Esta divergência dá-se, como é lógico, também no terreno dicionarial⁵⁶. Em Rodrigues Fagim [2000] lemos⁵⁷

“O realizado desde o galego-português, conhecido por **Dicionário Estravis**, recolhe quase 100.000 itens, sendo com diferença o mais completo dos existentes. O realizado desde a terceira via é conhecido como **Diccionario Xerais** e não alcança os 30.000 verbetes. Em ambos os casos é fácil especular sobre os dicionários que lhe têm servido de base. No primeiro caso, dicionários portugueses. No segundo, um dicionário espanhol, o Diccionario Anaya.⁵⁸ Em que se traduziu isto?:

- No Diccionario Xerais são frequentes os casos onde são propostas umas formas como normativas para depois, nas definições doutras palavras, citar-se exemplos onde aparecem formas castelhanas.⁵⁹

- Todas aquelas palavras introduzidas nas línguas europeias depois da Idade Média e onde o galego, na sua mínima essência, carece de soberania para recolhê-las, são introduzidas sob a forma espanhola. (como comprovamos nos exemplos colocados por Carlos Garrido)

- A imensa maioria daquelas palavras que apresentam ligeiras divergências entre espanhol e português são introduzidas sob a forma espanhola.: *distorsión/distorção*, *analizar/analisar*, *visir/vizir*, *equipo/equipa...* e também a imensa maioria das

⁵⁴ Escolleuse o sistema *este, esta, isto*, con hipercaracterización da forma neutra, cousa nada extraña á lingua, por ser diferencial do castelán e achega-lo galego ó portugués/Pro non se rexeita *esto*, que ten na fala de hoxe unha extensión moito meirande ca isto.

⁵⁵ Non se rexeita ningunha das dúas formas da primeira e segunda persoas de plural, pois que mesmo en grandes zonas conviven as dúas e non son perfectamente intercambiables, por existir moitas veces unha diferenza de significado.

⁵⁶ E, evidentemente, para o terminolóxico onde recomendamos o imprescindível Garrido, C. [2000].

⁵⁷ Recentemente a editora Xerais tem tirado o Gran Diccionario Xerais da Lingua com 95.000 entradas. Na citação contrastava-se a que fora a primeira edição do Diccionario Xerais da Lingua.

⁵⁸ Desde há vários anos o grupo *Xerais*, editor do dicionário, faz parte do grupo Anaya. Além disto, é comum entre o reintegracionismo a anedota relativamente a primeira edição do dicionário Xerais, onde num dos desenhos laterais aparecia uma inconfundível *gralha*, ave Corvêda, mas na legenda se lia *urraca*, nome castelhano da mesma ave. Em Estravis [87] 315-321, aparecem abundantes exemplos do mimetismo de ambos os dicionários.

⁵⁹ Rodrigues Fagim [2001] Cap. 7. “A forma padrão é (aterrar) mas na definição de (pista) dá (aterrizaban); a forma padrão é (atmosfera) mas na definição de (tempo) dá (atmósfera); a forma padrão é (cirurxía) mas na definição de (tapón) da (microcirurxía); a forma padrão é (comuñón) mas na definição de (recordatório) dá (comunión); a forma padrão é (interese) mas na definição de (desinterés) dá (falta de interés)”

acentuações etimológicas: democracia [crá]/democracia, transistor [tór]/transistor, apotema/apótema, bosquimano/bosquímano...

- De existir formas divergentes entre espanhol e português para realidades quotidianas, e as duas presentes na Galiza e Portugal, a forma dicionarizada é a coincidente com a castelhana: enfadar/zangar, aorrar/poupar, racimo/cacho, cambio(câmbio)/troca, sacar/tirar, quedar/ficar, presentar/apresentar, celos/ciumes, cabrón (cabrom)/bode. Ainda, a maioria dos galegos desconhecem a forma divergente com o castelhano⁶⁰,

Conclusões

Há três factos que considero fulcrais a alimentarem a inconsciência que paralisa a maior parte daqueles grupos e pessoas que se autodenominam como galeguistas/nacionalistas (galegos):

- 1) Da precariedade, fazer virtude, do possibilismo, estratégia
- 2) Obviar a sócio-política da língua
- 3) Não reflectir, igualmente, sobre as possibilidades e impossibilidades do *statu quo* actual, quer dizer, do galego-castelhano.

Sob estas atitudes, tudo são vitórias e esquece-se àquela máxima de "somos livres para fazer o que nos deixam" (embora também poderíamos citar aquela outra que diz "de vitória em vitória até a derrota final"). Exemplifiquemos. Se os escreventes galegos das diferentes épocas adoptam uma ortografia espanhola, esta deixa de ser espanhola e torna-se automaticamente galega, (embora ninguém saiba dizer-nos porque mantém o U das sequências GUE, GUI ou porque temos uma letra que é sinónimo de nádegas).⁶¹ Aliás:

1) nunca se torna isto um problema, uma vez que nos associa imaginariamente, ainda mais, ao mundo hispanófono e nos desassocia do lusófono (quando no hispanófono temos a nossa irremissível diluição e perda de identidade autónoma num processo que nasce desde finais da Idade Média)

2) não se lê como um sintoma de uma situação de precariedade, uma vez que não há escolha aberta entre duas possibilidades e sim assunção de uma política de factos consumados. Bochmann K. afirma "parece impossível habituar a comunidade galega a uma identidade galego-portuguesa, com todas as eventuais consequências culturais, linguísticas e políticas que esta ideia poderia implicar".

Quais estas consequências? Tomemos, a dia de hoje, os relacionamentos culturais, sociais, económicos, institucionais, políticos... que cada um dos cidadãos da

⁶⁰ Como tenho comprovado sobejamente nas minhas aulas de português para alunos galegos.

⁶¹ Mesmo chegamos a chamar a ortografia de foneticista quando se assim fosse haveria que fazer como apontava Marsal: [Hermida] "El Z.R. traductor del inglés al castellano de la Historia de Felipe II [...] adoptó en esta versión el sistema fonético para facilitar el estudio de la ortografía castellana, el cual, en su mayor parte, es aplicable al gallego. Suprime el traductor por innecesarias la h, v y x, fundándose en que la primera es muda, la segunda se pronuncia como una b, y la última se sustituye por la c y con la s. Elimina, asimismo, la k y la q, y llama que a la c, que sustituye á aquellas dos consonantes" Mas, é claro, não se faz nada disto e, o que é sintoma evidente de precariedade, não lhe ocorre a quase ninguém (o que seria, de certo, um movimento mais soberanista do que baptizar a ortografia castelhana de galega).

entidade administrativa conhecida legalmente como *Comunidade Autónoma de Galicia* interage no dia a dia. Coloquemos num prato A de uma balança imaginária aqueles vinculados com entidades de expressão espanhola e numa balança B aqueles outros vinculados com entidades de expressão não-espanhola (galega, portuguesa, inglesa...). Qual o resultado? O peso de A implica inúmeras vezes o peso de B, e este desnivelamento tão acusado coadjuva a que os registos de língua estejam cada vez mais castelhanizados e que o número de falantes-pletos seja hoje uma raridade. Ainda, quando muitas pessoas pertencentes a este micro-grupo ideal agem em galego, não fazem mais do que traduzir o que leram na imprensa ou num ensaio, ouviram na TV ou na rádio ou olharam no cinema. Somos, na verdade, uma cultura traduzida.

A palavra de ordem do galego-castelhano parece ser a do voluntarismo a lembrar a um Sísifo inconsciente a fazer enormes esforços que se tornam baldios. Afinal, interagir plenamente com a cultura espanhola mas fazer como se esta não existisse, maximizando a interacção com a precária cultura galega que, em absoluto satisfaz as demandas dos cidadãos e as cidadãs médias. Polo contrário, a via da co-variedade soberana abriria a possibilidade de ser galego/a plenamente, e tornar a cultura de expressão espanhola uma riqueza para muitos campos mas não uma necessidade ineludível, como o é na actualidade e o continuará a ser com as políticas actuais.

Não é de estranhar, pois, que um movimento tão decididamente soberanista qual a adopção do padrão português (com as adaptações pertinentes, além de uma comunicação cultural com as diferentes comunidades lusófonas) ache grandes resistências por parte dos representantes da cultura tecto porque, enfim, somos livres para fazer o que nos deixam. Como aponta Herrero V. não é fácil encontrar textos explícitos a este respeito mas ele achou dous, ambos a respeito da solução galego-portuguesa; o primeiro de Coseriu:

"Ante todo, es muy poco probable que el Estado español consienta tal solución [reintegracionista] mientras Galicia sea parte integrante de España."

O segundo é de Vázquez Cuesta, um dos vultos do possibilismo:

"E que isto tem um lado perigoso. Há quem pense que se a Galiza se quisesse unir a Portugal, Portugal era capaz de aceitar. Mas é óbvio que Portugal não ia criar inimizades com Madrid por causa da Galiza, para que a Galiza fosse Portuguesa. Isso é seguro. Portanto, é perigoso, pode ter repercussões políticas graves. Eu costumo dizer: o iberismo é o máximo inimigo da hispanofilia; e agora digo: o reintegracionismo é o máximo inimigo das boas relações entre Portugal e a Galiza."

Isto, no entanto, será dedutível apenas racionalmente para quem careça de diques possibilistas a este respeito, ou não conforme às actuais elites normativizadoras. Não é o caso de Xosé Luís Franco Grande. Depois de criticar o uso dos mínimos reintegracionistas por parte do BNG na imprensa galega argúiu:

"Pouco importa que un partido político teña a obriga de contribuir à gobernabilidade do país, que non a crear máis confusión, que para iso xa tiñamos a lusistas, reintegracionistas e demais" ¿Haberá alguém que se imaxine ó PNV ou a CIU, por exemplo, prescindindo das normas ortográficas e morfolóxicas do vasco ou do catalán? [...] ¿Que nacionalismo é o que nos predicán dende o BNG? ¿O da discordia?

¿O da aceptación acrítica dun enxendro intelectual? ¿O de colaborar na destrucción do país? ¿O do antipatriotismo? ¿É ese o camiño para un intento de normalización do país?"⁶² Numa linha similar manifestara-se anteriormente Antón Santamarina: "En ningún país do mundo as normativas se fixan por consenso dos partidos, nin sucede que cada partido teña unha ortografía"⁶³ Aliás, não existe uma sócio-política da normativa, do corpus do galego, devemos supor que tampouco do status, nem das relações de todo o tipo que a cidadania galega possa estabelecer com outras culturas, nomeadamente a portuguesa e a espanhola.

Se isto for assim, é difícil situar no mapa as declarações que vêm a seguir. A deputada do BNG, Pilar Garcia Negro, depois de criticar o bilinguismo harmónico da Junta afirma que o seu partido advoga por um acordo normativo e afirma que não emprega dous idiomas mas a normativa da ASPG com algumas actualizações. A notícia sai um 14 de Janeiro de 2000 em El Correo Gallego. No mesmo exemplar opina sobre esta questão Carlos Luís Rodríguez, destacado columnista nacionalista (espanhol):

"Gracias al talante de todos los grupos políticos, nacionalistas incluidos, el gallego gana territorio antes impensables, y lo hace sin resistencia ni oposición", isto é, liga com a política do bilinguismo harmónico da Junta, "Al parecer, doña Pilar entiende que al Bloque le faltan elementos diferenciales y encuentra el de la normativa./Su fórmula es fabricar un gallego más convergente con el portugués, cuando de lo que se trata es de que el gallego converja con los gallegos que lo hablan hoy, o pueden hablarlo mañana si no se les complica la vida con normativas exóticas", isto é, liga com a normativa da Junta.

Poderíamos ligar este discurso com o do jornal nacionalista espanhol ABC quanto à questão valenciana. Quanto ao status, a situação do valenciano não difere substancialmente da do galego. Um estudo de 1990 mostrava 51% de falantes de "más bien castellano" frente a uns 31% de "más bien valenciano" e entre os 5-9 anos, uns 37% de pessoas com capacidade activa, quer dizer de falá-lo, frente a uns 60% nas faixas etárias de +85⁶⁴. Quanto ao corpus, vigora desde que governam PP e UV uma normativa isolacionista. A 20 de Maio de 1997, o jornal madrilenho intitula assim a decisom da Comissão de Educação e Cultura do Congresso dos Deputados de aprovar a unidade do catalão.

"Pujol se alía con socialistas y comunistas para imponer el catalán en la Comunidad Valenciana y Baleares", e continua: "En contra sólo votó el PP, puesto que el representante de Unión Valenciana, José maría Chiquillo, se salió antes de la votación como forma de protesta ante lo que calificó «de atropello contra la libertad y las señas de identidad del pueblo valenciano». Además, denunció que la decisión adoptada ayer supone un paso en el objetivo de alcanzar los «países catalanes» y atenta contra su Estatuto de Autonomía"

Que porta-vozes de ideologia gregária espanholista sejam tão entusiastas das "señas de identidad" de galegos e valencianos e, ao mesmo tempo, sustentem políticas quanto o status que nada fazem por reverter a progressiva espanholização das sociedades que governam deveria, achamos, acender alguma luminária, em especial

⁶² La Voz de Galicia, 19 de Janeiro de 2001, pag. 15.

⁶³ El Correo Gallego, 14 de Janeiro de 2000, pag. 75

⁶⁴ Sigúan [1992]

naqueles contingentes amplos de galegos preocupados com a cultura, língua e construção nacional galega, ao menos entre aqueles que não estão a tirar (grandes) réditos da situação actual.

Por todo o dito, não deveria estranhar que Francisco Fernández Rei afirme.

"En todo caso, calquera acordo no que o ILG está disposto a participar, teria que ser aprobado polo pleno da RAG, porque mentres o parlamento Galego non lle tire as competencias é a Academia quen ten a potestade para a actualización e mellora da norma do galego" que elabora o ILGa, faltaria por acrescentar. No entanto, se atendemos às declarações que seguem de Manuel Fraga, actual presidente da Junta quando ainda não o era, pouco motivo há para o alarme :

"Yo creo que el gallego es, como todo, una creación de la historia y habiendo nacido antes de que se produjeran las grandes unificaciones nacionales, siguió un camino literario brillantísimo hasta finales del siglo XV. Entonces eran las regiones portuguesas quien lo desarrollaron, pero desde la independencia de Portugal, hay un destino que sigue la lengua gallega, que se convierte en la lengua popular de Galicia, conviviendo con el castellano en un bilingüismo que nunca ha creado problemas. Esta no sólo es una opinión mía; lo es también del ilustre catedrático de Santiago, Lorenzo, quien ratifica que el gallego hay que dejarlo como es, no inventarlo de nuevo, ni mucho menos si esta invención, no sólo es filológica, sino también política"⁶⁵

Temos assim que Fraga Iribarne, representante primeiro do projecto nacional na Galiza, considera que o galego convive com o castelhano "en un bilingüismo que nunca ha creado problemas", conseqüentemente "el gallego hay que dejarlo como es", eco, por outra parte de J. de Arévalo, cem anos atrás " no le alcemos gramáticas [ao galego]; dejemosle que viva descuidado y abandonado á si mismo, que así será más bello" ou dos cadernos do ILGA " El gallego que aquí utilizamos es sencillo, sin dar cabida a los vulgarismos, y elevado, sin ser un producto de laboratorio" Com ele(s) concorda Lorenzo, isto é, Ramón Lorenzo, membro destacado do ILGA cuja normativa foi sancionada por um governo espanholista em detrimento de uma outra que estava destinada a ser oficializada mas que tinha uma série de problemas irresolúveis. Para começar, o presidente da Comissão era Ricardo Carvalho Calero, reintegracionista, as suas escolhas normativas eram reintegracionistas e o Limiar não deixava, embora comedido, lugar às dúvidas: "Deixamos aberta a possibilidade dunha ortografia, pois, mais histórica, ou mais económica, ou mais solidária de outras formas do románico-hispánico ao que o galego pertence, non só como prática usual no futuro, senón como anticipo, a título experimental, en círculos cultos, segundo, por outra parte, xa se ven, maioritariamente, ensaiando"⁶⁶

O jogo dialéctico fica então assim, como já tem assinalado, entre outros, Gil Hernández ou Herrero, M.: o PP é o inimigo da língua galega e o representante das elites espanholistas que están a desgaleguizar Galiza [e até aqui parecem concordar reintegracionistas e parte dos isolacionistas] mas, mesmo assim, devemos acatar a normativa legislada pola Junta governada polo PP já que "ningunha autoridade

⁶⁵ A entrevista foi publicada em La Región, 4 de Setembro de 1981, e o trecho assinalado aparece em Gil Hernández [96]

⁶⁶ Comisión de Lingüística, *Normas ortográficas do idioma galego*, 1980, Santiago, Publicacións da Xunta de Galicia.

legalmente constituída exist[e] en Galicia leximitada para impoñer ou usar unhas normas ortográficas e morfolóxicas distintas das vixentes"⁶⁷E com certeza que essa autoridade, se não há movimentos bruscos na jangada, vai vigorar, uma vez que ambos os corpos sociais, o espanholismo e o isolacionismo, compartilham a paralise formal do galego (de que se derivam, queira-se ou não, umas outras paralises). O Éden a salvarguardar dos mensageiros do mal é o "galego espontâneo", diga-se castelhanizado, mas enquanto uns falam de evitar um "galego de laboratório", o espanholismo, uns outros falam de defender o "galego popular"; de resto, que tudo fique na mesma.⁶⁸

Da ingenuidade ou do Discurso do Poder, que costumam ambos intralimentar-se, podia-se deduzir que as forças em confronto são apenas o galego-português (lusista, reintegracionista) e o galego agora oficial (independentista, isolacionista). Se assim for, achamos não vigoraria a normativa actual. Porém, a força que resta, a terceira e definitiva, são os detentores da subordinação cultural e política do galego, e essa é a força que desequilibra, rotunda, o balanço a favor de um galego castelhanizado, que por castelhanizado, não pode ser galego-português. Ainda, uma postura acomodaticia como a do galego-castelhano encontra mesmo apoio legislativo, alimentando-se de um possibilismo abundante, na verdade, secular no nosso país.

Parece a situação da língua e a cultura galega a do doente que sabe que pode curar a sua asma porque é psicossomática mas, ao mesmo tempo, não é capaz de rechazar o frasco de *Ventolín*, produto químico com poderosos efeitos secundários mas capaz de sarar as suas crises periódicas... até chegar a vindoura. O que não vai resolver é a sua dependência. Seria bom não se enganar a este respeito. O grau de êxito do oficialismo ou de qualquer outra forma de galego-castelhano entre o galeguismo (como o são hoje os mínimos reintegracionistas) não é apenas fruto de uma dialéctica de poder mas também de uma imaturidade do próprio galeguismo que acha imprescindível o seu particular *Ventolín*.

⁶⁷ Vid. 62.

⁶⁸ O que não deixa de ser apenas um discurso por parte do isolacionismo já que também eles atentam contra o galego popular. Podem-se encontrar exemplos em Rodrigues Fagim [01], capítulo 7.

Bibliografía

Academia de la Llingua Asturiana, *Normes Ortográfiques y Conxugación de Verbos*, Uviéu, 1993, Academia de la Llingua Asturiana.

Álvarez Cáccamo, X. M., *Galego cero*, 1979, Vigo, Edicións Castrelos.

Anderson, B., *Nação e Consciência Nacional*, S. Paulo, 1989, Ática

Associaçom Galega da Língua [Comissom lingüística], *Estudo crítico*, Ourense, 1989 (2ªed.), Agal.

Bochmann, K., *A l'est comme a l'ouest, où les estêmes (géographiques) se touchent: Galice et Moldavie devant le problème de la langue in Cinguidos por unha arela común; Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*, Santiago, 2000, Universidade de Santiago de Compostela [249-263].

Carballo Calero, R., *Gramática elemental del gallego común*, Vigo, 1979 (7ª ed.), Galaxia.

Deletant, D., *Trends in Soviet Moldavia in Language planning in the Soviet Union* (edited by Michael Kirkwood), London, 1989, McMillan.

Dinglei, J., *Ukranian and Belorussian –a testing ground in Language planning in the Soviet Union* (edited by Michael Kirkwood), London, 1989, McMillan.

Garrido, C. e Riera, C., *Manual de Galego Científico*, Ourense, 2000, Associação Galega da Língua.

Gil Hernández, A., *Silêncio Ergueito*, Sada, 1996, Edicións do Castro.

Gourdon, M., *La quête de la “bonne graphie”. Les motivations des choix graphiques en Pays d’oc au XIX siècle*, Montpellier, 1999, Lengas [45, 7-47]

Hermida Guliás, C., *A reivindicación da lingua galega no rexurdimento (1840-1891) Escolma de textos*, Santiago, 1992, Consello da Cultura Galega.

Herrero Valério, M., *Glotopolítica y genealogía del poder* [Tese de doutoramento inédita], Universidade da Coruña, 2000.

Hill, P., *Language Standardization in the South Slavonic Area*, Tübingen, 1992, Sociolinguística [6, 108-150]

Mariño Paz, R., *Historia da lingua galega*, Santiago, 1998, Sotelo Blanco.

Rodrigues Lapa, *Estudos galego-Portugueses*, Lisboa, 1979, Sá da Costa Editora.

Rodrigues Fagim, V., *O Galego (im-)possível*, Santiago, 2001, Laiovento.

Rodrigues Fagim, V., *Diz-me como falas e dir-te-ei quem és*, acerca do galego-português e do galego-castelhano, no VII Simpósio de Terminologia Ibero-americano, Lisboa, 2000 [sem publicar], também em www.questione.multimania.com*

Schulze, Hagen, *Estado e nação na história da Europa*, Lisboa, 1997, Terramar.

Siguán, M., *España Plurilingüe*, 1992, Alianza, Madrid.

Torres Feijó, E., *A Galiza em Portugal, Portugal em Galiza através das revistas literárias (1900-1936)*, Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 1996, 3 Tomos.

Torres Feijó, E., *Cultura Portuguesa e Legitimação do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891)*, 1999, *Ler História* [36, 273-318].

VVAA, *Bases pra unificación das normas lingüísticas do galego*, Santiago, 1980, Universidade de Santiago de Compostela.

VVAA, *Orientacións para a escrita do noso idioma*, Santiago, 1980, Edicións Xistral.